

notícias

Este suplemento é parte integrante do Jornal Nova Guarda e não pode ser vendido separadamente

Edição nº. 11

ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DA GUARDA

Estudo do observatório do comércio e turismo

Comerciantes contestam falta de estacionamento no Centro Histórico



Pág. 04

Empresas que mexem, são empresas que crescem

Apresentada nova candidatura ao Projeto Dinamizar



Pág. 04

Portagens sem data para avançar

Crise política adia portagens

Ao que tudo indicava a cobrança de portagens nas autoestradas que servem o Distrito (A23 e A25) teria início marcado para o passado dia 15 de abril, contudo com a demissão do Governo um cenário que parecia inalterável apesar dos constantes protestos da Comissão de Utentes e da aliança criada entre diversos empresários da Beira Interior, Empresários pela Subsistência do Interior - ESI.

Pág. 03

Iniciativa MERCA

Cervejaria Lumiar com renovação concluída



Pág. 09

Assembleia Geral

Relatório e Contas ACG de 2010 aprovado por unanimidade

Pág. 03

Apoio à criação do próprio emprego

ACG credenciada pelo IEFP

No âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECE) a Associação Comercial da Guarda assinou, na passada semana, um Protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de "Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos" (ATCP).

Pág. 02

Iniciativas ACG

Oferecidas 23.400 lâmpadas economizadoras



Pág. 04



Editorial

6 Milhões

Estes últimos dias têm sido hilariantes. As nossas forças políticas têm tido declarações públicas que ninguém entende. Ao ponto de levarmos puxões de orelhas dos líderes europeus. Parece que quem deve é o FMI e não nós. **Miguel Sousa Tavares** intitulou a sua brilhante análise deste fim de semana, na sua crónica do Expresso, da seguinte forma: “Estão a brincar, não estão?”

O prestígio de Portugal e dos portugueses tem sido colocado em causa no mundo inteiro desnecessariamente. Isso é muito mau e afeta a nossa credibilidade enquanto país. A nós empresários dizem-nos para exportarmos, para internacionalizarmos e depois prejudicam a marca Portugal desta forma? Querem que aconteça a Portugal o que aconteceu à Argentina?

Urge um amplo entendimento entre as nossas forças políticas, as quais têm que ter a sabedoria necessária para nos conduzir a boas soluções, pois o mal está feito, agora é necessário encontrar a melhor solução para resolver esta situação de extrema dificuldade que se apresenta a Portugal. Em vez de contarmos espingardas e ver quem tem razão, o mais importante é os partidos políticos promoverem amplos consensos que sejam facilitadores de soluções ao contrário dos problemas adicionais que nos têm estado a criar a todos nós portugueses. Amo o meu país e vejo com muita tristeza este espetáculo degradante a que a nossa imagem enquanto país e povo tem sido sujeita. A primeira vez que ouvi um dirigente europeu dar repreensões a Portugal não gostei, achei inaceitável, mas depois de me inteirar das declarações dos nossos líderes políticos só tenho a dizer que temos que ter humildade em aceitar a verdade quando os outros têm razão.

Também tinha razão um homem chamado **Medina Carreira**, o problema chama-se Seis Milhões, são os portugueses que recebem dinheiro do Estado, o que ele chama o Partido-Estado. Porque é que os Governos gastaram mais do que o que a economia produzia? Durante tantos e tantos anos? Por causa dos votos. O que é legítimo, afinal estamos numa democracia. Os partidos políticos têm-nos dado as políticas que a maioria dos portugueses quer. Refiro-me aos seis milhões. Eles são a maioria. Pelo contrário nós os empreendedores somos uma ínfima minoria, que pensamos de forma diferente. Pensamos que é melhor ter emprego do que estar desempregado. Pensamos que é melhor ter um emprego sem um vínculo definitivo do que não ter nada. Pensamos que é melhor criar o nosso emprego do que viver à custa do funcionalismo público, tão inibidor da produtividade e da boa alocação de recursos. Pensamos que é melhor recorrer ao setor privado onde o mérito é tido em maior consideração do que termos classes profissionais no setor público que estão acima de qualquer avaliação de desempenho, o que no século XXI é incompreensível. Nós pensamos num Portugal mais justo na distribuição de riqueza, sem os favores feitos às grandes empresas públicas ou semipúblicas que vivem em situações de concorrência claramente imperfeita numa situação de vantagem competitiva artificial. Nós somos a favor de um capitalismo, que não seja selvagem, mas que tenha regras claras e transparentes colocando todos em igualdade de condições. Nós somos a favor de subsídios de desemprego que não possam ir além de um ano. Nós defendemos que os valores salariais têm que estar ajustados à sua produtividade, por isso o setor público não conseguirá comportar os níveis salariais tidos até aqui. Não podemos continuar a viver acima das nossas posses. Não podemos continuar a endividar-nos. Temos que pagar o que devemos. E quem vai pagar isso é a economia real. Por isso concentrem-se em oferecer boas condições para que a economia portuguesa encontre as soluções que até aqui não tivemos a coragem de alcançar. E não adianta andarmos a falar da injustiça do que as sociedades de notação financeira nos fizeram porque nós também contribuimos para a festa em que nos metemos.

Paulo Manuel

Presidente de Direção da Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda
Enviem os vossos comentários para: geral.acg@acg.pt

PARCERIAS ACG

Apoio à criação do próprio emprego

ACG credenciada pelo IEFP

No âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) a Associação Comercial da Guarda assinou, na passada semana, um Protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de “Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos” (ATCP).

Este protocolo tem como objetivo credenciar a ACG como entidade prestadora de apoio técnico à criação e consolidação de projetos apoiados ao abrigo do PAECPE, conforme o artigo 11º da Portaria n.º 985/2009 de 4 de setembro na redação dada pela Portaria n.º 58/2011 de 28 de janeiro.

O apoio à criação do próprio emprego tem em vista empresas de pequena dimensão, com fins lucrativos, independentemente da respetiva forma jurídica que contribuam para a dinamização das economias locais.

Os promotores destes proje-



Instituto do Emprego e Formação Profissional

tos terão que ter idade igual ou superior a 18 anos, ser desempregados, jovens à procura do 1º emprego ou pessoas que nunca tenham exercido qualquer atividade económica, por sua vez a empresa não pode estar criada à data da entrega da candidatura, exceto projetos que incluam compra de capital soci-

al através da realização de um aumento do mesmo.

Os interessados que queiram ver esclarecidas as suas dúvidas, poderão dirigir-se à Associação Comercial, na Rua dos Cavaleiros, n.º 32, junto à antiga Biblioteca Municipal ou contactar através do telefone 271 208 880 ou e-mail acg@acg.pt.

Protocolo ACG na área da formação

A ACG estabeleceu recentemente um protocolo de cooperação com a Conclusão – Estudos e Formação, Lda., com o intuito de incentivar a formação junto dos associados e promover o desenvolvimento do tecido empresarial.

A formação empresarial é uma ferramenta colocada ao dispor dos empresários, e assume-se cada vez mais como um elemento relevante na sobrevivência das organizações e seu reforço de implementação no mercado.

Com este protocolo, e através do programa PME Formação, a empresa coloca ao dispor dos associados da ACG um vasto leque de serviços, que visa responder às necessidades de formação profissional certificada dos empresários.

Assim, estes têm acesso aos serviços de formação, nas áreas de Formação de Formadores, Segurança e Higiene

do Trabalho, Mediação Imobiliária e Construção Civil, Certificação Energética de Edifícios, Contabilidade e Fiscalidade, Formação em Seguros e Formação em B-Learning, que esta entidade oferece com custos agregados reduzidos em 10% no caso de formações com teto máximo de 100 horas e 5% em formações com duração superior a 100 horas.

Além disso, os interessados podem aderir gratuitamente ao Cartão 35, concebido por esta entidade formadora com o propósito de estabelecer um relacionamento mais personalizado com o cliente e potenciar relações de

confiança, trazendo vantagens como promoções nos produtos e serviços disponibilizados e também condições especiais de pagamento. Este cartão funciona através de um sistema de acumulação de pontos.

A colaboração de ambas as entidades irá igualmente gerar oportunidades para os jovens no mercado de trabalho.

Para mais informações os interessados poderão consultar a página na internet da empresa em www.conclusao.com ou entrar em contacto com a ACG, através da Linha de Apoio ao Empresário, 271 208 880, na sede da mesma ou através do e-mail acg@acg.pt.

Período de férias dos funcionários

As entidades patronais devem, anualmente e mediante acordo com os respetivos trabalhadores,

definir o período de férias para o presente ano, até dia 15 de abril.

Além disso, o mapa de

férias deve encontrar-se afixado no local de trabalho entre essa data e 31 de outubro.

INICIATIVAS ACG

Crise política adia portagens

Ao que tudo indicava a cobrança de portagens nas autoestradas que servem o Distrito (A23 e A25) teria início marcado para o passado dia 15 de abril, contudo com a demissão do Governo um cenário que parecia inalterável apesar dos constantes protestos da Comissão de Utentes e da aliança criada entre diversos empresários da Beira Interior, Empresários pela Subsistência do Interior - ESI.

Neste momento, com a falta de legislação que regula a cobrança de portagens definindo valores a cobrar ao quilómetro, o regime de descontos e isenções publicada, o Governo de gestão tem dúvidas se pode avançar com a publicação de um diploma sem quaisquer constrangimentos legais.

Posto isto, e ainda que os pórticos de portagens automáticos estejam encomendados e respetivos locais de afiação definidos, o avanço fica suspenso, aguardando a entrada em funções de um novo Governo.

Apesar do presente cenário, os protestos agendados mantiveram-se, o movimento dos Empresários pela Subsistência do Interior apresentou e debateu, com todos os partidos com assento parlamentar, as suas reivindicações e as consequências da cobrança de portagens para o Interior, com base num Estudo de Mercado levado a cabo pela mesma com a colaboração da ACG.

A Direção da ACG, sabendo das consequências gravosas para o Interior, especialmente para o Distrito e ainda que veja esta suspensão como uma vitória, uma vez que pode levar à suspensão definitiva das mesmas, aguarda com apreensão o desenvolvimento desta questão uma vez que a cobrança das portagens estava prevista no Orçamento de Estado e ao que tudo indica as concessionárias têm os mecanismos praticamente operacionais e prontos a entrar em funcionamento.

Conclusões do Estudo de Mercado

Para este estudo ser representativo da realidade local, foram inquiridas 542 empresas dos distritos mais penalizados pela cobrança de portagens, Guarda, Viseu e Castelo Branco, estas encontram-se fracionadas por diferentes setores de atividade: agroalimentar, indústria, serviços, transportes de mercadorias, comércio a retalho, comércio por grosso, construção civil e turismo.

A grande maioria destas empresas é de pequena ou média dimensão (77%), em comparação com 4% de empresas que recebem a categorização, segundo a certificação do IAPMEI, de grandes empresas.

O uso de vias alternativas, quando existem, implica para as empresas: o aumento tempo despendido, o aumento consumo combustível, o aumento do desgaste de viaturas, a alteração de agenda, a diminuição da segurança, o aumento dos custos de manutenção, a diminuição da produtividade, a redução do número de clientes/rota de comercialização e um forte impacto ambiental de proximidade.

Os dados foram analisados segundo duas perspetivas, a primeira diz, diretamente, respeito aos custos que a cobrança de portagens implica para o tecido empresarial, a segunda diz respeito às consequências no tecido socioeconómico da zona em questão.

Assim, as consequências previstas para as empresas são:

Aumento de custos a montante e a jusante

. O acréscimo de custos com portagens, face ao valor médio de FSE por setor, vai desde 24% no setor dos transportes de mercadorias até 100% no comércio a retalho.

Exportações em queda

. Todos os setores de atividade com componente exportação manifestam decréscimo da mesma, por perda de competitividade.

. A perda de competitividade é resultante do aumento das matérias-primas e do custo do produto final, ambos associados às portagens.

. Comércio a retalho, turismo, serviços e indústria são os setores com maior queda no volume de exportações.

Aumento do desemprego

. A redução do emprego é comum a todos os setores com maior peso nos serviços e no comércio a retalho.

. O setor mais empregador, indústria, estima uma redução de efetivos superior a 20%.

Desinvestimento superior a 35%

. A intenção de desinvestir é comum a todos os setores de atividade, com destaque para os setores comércio a retalho, serviços, indústria e construção civil.

. Em termos médios, por setor, o desinvestimento previsto é maior no comércio por grosso, serviços, indústria e agroalimentar, com um míni-



mo de 35%.

Viabilidade incerta a curto/médio prazo

. A perspetiva de viabilidade aponta para o encerramento a curto médio/prazo de muitas empresas dos setores transporte de mercadorias e comércio de grosso.

. Das empresas da amostra, nestes dois setores de atividade, preveem encerrar 43% no primeiro e 45% no segundo.

. A intenção de reduzir áreas de negócio é acentuada no comércio a retalho e serviços sendo, no entanto, comum a todos os setores.

Redução do rendimento per capita e da mobilidade

. Pelo aumento de custos a suportar pelos trabalhadores nas suas deslocações profissionais.

. O gasto médio mensal ponderado é de 135 Euros/trabalhador.

. Dificuldades acrescidas de mobilidade para pessoas e empresas.

Para a economia local, a cobrança de portagens implica:

Aumento da sinistralidade

. "Regresso ao passado" pelo acréscimo previsível de acidentes mortais em 70% (pela utilização de vias secundárias/municipais/rurais).

Impacte ambiental

. Impacto ambiental negativo pelo aumento global da emis-

são de CO2, agora dentro das localidades.

Aumento do desemprego

. Estima-se um número próximo dos 17100 postos de trabalho perdidos a curto/médio prazo, sendo a redução maior de efetivos prevista, na indústria e no comércio por grosso.

Encerramento de empresas

. Encerramento a curto/médio prazo de 6800 empresas, considerando a totalidade das empresas da região em estudo.

Redução do nível de vida

. Redução da qualidade de vida das famílias, com os problemas sociais daí inerentes.

Redução do rendimento per capita

. Perda de rendimento associado ao custo médio mensal de 135 euros por trabalhador/utilizador das SCUT.

Redução da mobilidade no Interior

. Redução estimada em 15% da mobilidade do pessoal ao serviço das empresas, com especial incidência na corda urbana Castelo Branco - Fundão - Covilhã - Guarda.

As conclusões retiradas deste estudo devem ser pesadas no momento de implementar a cobrança de portagens, pois esta medida pode implicar o progressivo abandono do Interior por parte de empresas e população em idade ativa.

Relatório e Contas ACG de 2010 aprovado por unanimidade

No passado dia 29 de março a ACG apresentou aos associados o seu Relatório e Contas relativo ao exercício económico de 2010, em Assembleia Geral convocada para o efeito. O relatório foi apresentado e foram prestados aos associados presentes os esclarecimentos solicitados. As contas foram depois sujeitas a votação tendo sido aprovadas por unanimidade.

Na apresentação das contas, foram destacados os seguintes aspetos:

. O aumento significativo da atividade da ACG face a 2009, quer em termos de atividades participadas por programas comunitários (+87%), quer nos serviços prestados (Faturação), que teve um crescimento de 265% face ao mesmo período (504.451,66 Euros face a 138.285,57 Euros em 2009);

. A redução significativa dos encargos financeiros, que passaram de 84.000 Euros em 2009, para menos de 46.000 Euros em 2010 (Redução de 45%) fruto da reestruturação da dívida com fornecedores, com a realização de acordos de plano de pagamento que estão em curso os quais permitiram reduzir a dívida a fornecedores de médio longo prazo em 195 mil euros ao longo de 2010.

. O Resultado Líquido do Exercício, que se manteve em linha com o de 2009, sendo de 16.721,53 Euros.

Considerando que a situação financeira da ACG se encontra ainda longe da ideal, a Direção manifestou satisfação pelos resultados obtidos, e reiterou a confiança em alcançar o objetivo do equilíbrio financeiro no Médio Prazo.

Foram realçadas as atividades mais relevantes do ano de 2010, como: o Programa Mod-Com, com 14 projetos executados no Distrito, o Programa Dinamizar (Formação-Ação junto das empresas), com taxa de execução 100%, a Formação Modular para as Empresas, o Apoio Jurídico aos Associados, participação em Feiras, Certames, Seminários, etc., bem como os protocolos estabelecidos e estudos realizados.

INICIATIVAS ACG

Comerciantes contestam falta de estacionamento no Centro Histórico

Face a inúmeros relatos e reclamações sucessivas da falta de estacionamento e do corte de trânsito nalgumas artérias do Centro Histórico da Guarda, a Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda (ACG), elaborou um Estudo de Mercado junto de Associados e não Associados desta mesma zona da cidade no sentido de perceber a opinião que os comerciantes do Centro Histórico têm acerca do estado do comércio e de alguns fatores de constrangimento ao desenvolvimento do seu negócio.

Foram inquiridas 100 empresas do Centro Histórico da Guarda, em entrevistas porta-a-porta, durante a 2ª quinzena de janeiro de 2011, com uma margem de erro de 5,83% para um intervalo de confiança de 90%.

Tornou-se fundamental a auscultação dos comerciantes da zona, na medida em que estes constituem os principais elementos dinamizadores numa área que se caracteriza essencialmente pela atividade comercial. Por outro lado são os proprietários dos estabelecimentos comerciais que, frequentemente, se deparam com os

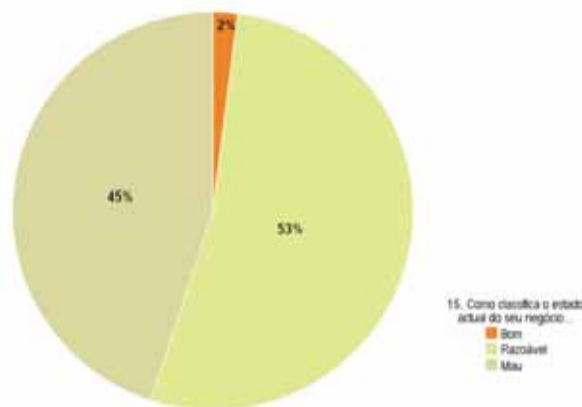
problemas da zona que se refletem na sua atividade.

De uma forma séria e responsável, entendemos que este foi o modo de que a ACG poderia contribuir para alertar as entidades competentes com informação concreta sobre a opinião dos comerciantes do CH e, conseqüentemente, ajudá-los a lutar no sentido de melhorar as condições de acesso aos seus estabelecimentos.

O estudo traça um panorama claramente negativo do comércio no CH da Guarda. Confirmando os relatos que têm chegado à ACG pelos comerciantes, 98% dos inquiridos apresentam uma perspetiva bastante pessimista da evolução dos seus negócios, afirmando que se encontram “razoável” ou mesmo “mau”. (GRÁFICO 15)

Dos resultados do es-

15. Como classifica o estado actual do seu negócio?



tudo destacam-se dois pontos fundamentais:

a. A identificação, pelos comerciantes, dos fatores relacionados com a circulação automóvel - estacionamento e acessos à zona (76%) como principais responsáveis pela degradação da situação económica dos seus negócios; (GRÁFICO 16)

b. Os comerciantes do CH da Guarda não identificaram medidas que, por sua iniciativa, possam colocar em prática

para resolver os problemas assinalados, considerando que essa é uma responsabilidade das entidades responsáveis pela gestão urbanística.

Na sequência dos resultados encontrados, a ACG procurará estabelecer e dinamizar espaços de reflexão que permitam, entre os comerciantes e as entidades competentes, encontrar mecanismos que possam ultrapassar estes constrangimentos.

16. Indique o principal problema do estado do seu negócio.



Empresas que mexem, são empresas que crescem

Apresentada nova candidatura ao Projeto Dinamizar

A ACG realizou recentemente, junto da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, nova candidatura ao Projeto Dinamizar, enquanto Entidade Beneficiária no âmbito da Tipologia de intervenção 3.1.1 - Programa de Formação - Ação para PME financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), pretendendo com a mesma obter o estatuto de Organismo Intermédio para o quadriénio 2011-2014.

Segmentado em três etapas, Diagnóstico Organizacional, Implementa-

ção do Plano de Ação e Avaliação de Desempenho, este projeto presta ações de consultoria e formação gratuitas às empresas de comércio e serviços, pretendendo com as mesmas elevar o potencial de cada uma, de forma a maximizar os seus recursos físicos e humanos, uma vez que cada ação é conduzida de forma personalizada e direcionada para as necessidades específicas das empresas beneficiárias.

As empresas associadas que pretendam obter mais informações sobre este Projeto podem deslocar-se à

sede da ACG, junto à antiga Biblioteca Municipal, ligar para a Linha do Empresário 271 208 880 ou enviar um e-mail para acg@acg.pt.

Balço da edição anterior

Com o encerramento da edição do Dinamizar 2010, é possível efetuar um balanço positivo, segundo a perspetiva das empresas que foram abrangidas pelo Projeto.

No que diz respeito à contabilização das horas de formação contam-se 1533 horas para um total de 552 formandos, o que se traduz num volume de formação de

10320 horas. No que concerne às áreas de formação é possível encontrar um conjunto variadíssimo, a título de exemplo foram lecionadas formações de Higiene e Segurança no Trabalho, de Introdução à Informática, de Atendimento e de Técnicas de Reposição e Processo de Organização do Espaço da Loja.

A acrescentar a estes valores estão também as inúmeras horas de consultoria realizada por uma empresa externa, CH Business Consulting, que permitiram levar estas empresas mais longe, distinguindo-as da concorrência.

Fins de semana de tradição e degustação

A iniciativa organizada pela Agência Para a Promoção da Guarda - APGUR - “Fins de Semana Com Sabor” está a decorrer pela segunda vez, com o atual formato, de 1 de abril a 1 de maio.

Pretende-se com a mesma divulgar os sabores da cozinha tradicional, cuja confeção, única e genuína, reforça a imagem da gastronomia e dos produtos locais, atraindo, deste modo, mais visitantes e dando-lhes a conhecer o que de melhor se come nesta cidade.

Desta feita o evento conta com a colaboração de 11 restaurantes, alguns que abrem pela primeira vez as portas a esta iniciativa e outros que já fizeram parte do leque de restaurantes aderentes em edições anteriores, são eles: Pensão Aliança, Restaurante Aquáriu's, Restaurante A Floresta, Restaurante A Mexicana, Restau-



rante A Taberna de S. Domingos, Restaurante Belo Horizonte, Restaurante Blusa Cheia, Restaurante Don Papão, Restaurante Imperador, Restaurante O Tacho e Marisqueira Sardinha.

Com o evento, a APGUR, lança, à população e aos turistas, o repto para visitarem estes estabelecimentos e embarcarem na aventura dos sabores com as novidades que preparam especificamente para o evento.

Oferecidas 23.400 lâmpadas economizadoras

A ação denominada “Mais Eco Mais Futuro” resultante do protocolo celebrado entre a Associação Comercial da Guarda (ACG), Confederação do Comércio de Portugal (CCP) e a EDP, decorreu entre janeiro e março de 2011 e teve uma forte adesão junto dos Associados da Associação.

Durante os três meses foram oferecidos aos comerciantes do Distrito da Guarda 585 kits de lâmpadas economizadoras, que incluíam 40 lâmpadas fluorescentes compactas, as quais permitem uma luminosidade perfeita e iluminação instantânea, associadas a uma estética cuidada, num total de 23.400 lâmpadas.

Com esta campanha a ACG procurou contribuir para a redução dos consumos de eletricidade dos seus associados através da poupança energética associada à utilização de lâmpadas economizadoras, já que estas gastam 5 vezes menos do que as lâmpadas incandescentes e duram, em média, 8 vezes mais.

Sendo uma campanha limitada ao stock disponibilizado a nível nacional, a ACG procurará desenvolver, em parceria com as entidades do setor, novas campanhas que permitam abranger outras empresas do distrito.

CURIOSIDADE!

As lâmpadas economizadoras fluorescentes, contêm pequenas quantidades de vapor de mercúrio, um metal tóxico. No caso de partirem, são perigosas e devem ser tratadas com muito cuidado:

- . Abra a janela e abandone o local pelo menos 15 minutos;
- . Não use o aspirador para depois não contaminar outras partes da casa. Use uma vassoura, com cuidado para não inalar as poeiras;
- . Use luvas de borracha;
- . Deite os restos num saco de plástico e feche-o bem;
- . Leve a um local próprio para a sua deposição: informe-se na sua autarquia onde.

Tal como as outras lâmpadas, NÃO as coloque no lixo comum!

Fonte: Agência do Ambiente Britânica.

FISCALIDADE / LEGISLAÇÃO

Paralisação do Setor dos Transportes de Mercadorias

Com a paralisação do setor de transporte rodoviário de mercadorias, o Governo viu-se obrigado a chegar a um acordo com os sindicatos representantes, evitando deste modo consequências ainda mais graves para o país.

O setor dos transportes é significativamente afetado, não só pela atual conjuntura económica e financeira nacional, mas também, e principalmente, pelo progressivo aumento do combustível e pela cobrança de portagens praticada em quase todo o território nacional.

Assim, para conseguir a estabilidade a médio e longo prazo deste setor, ficou estipulado que:

Em 2012, o benefício fiscal, atribuído para efeitos de IRC (consultar artigo 70º do Estatuto de Benefícios Fiscais), sofrerá uma majoração de 140% em 2012;

Serão desenvolvidas normas legais, regulamentares e convencionais específicas para o setor, contando com a articulação dos principais agentes interessados (Governo, Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), Associação Nacional de Transportadores Portuguesas (ANTP) e Associação dos Transportes de Terras Inertes, Madeiras e Afins (ATTIMA).

Será analisada a Lei 27/2010 que estabelece o regime sancionatório aplicável à violação das normas respeitantes aos tempos de condução, pausas e tempos de repouso e ao controlo da utilização de tacógrafos na atividade em questão. Esta análise deve incidir sobre o montante das coimas aplicáveis, a não obrigatoriedade



do pagamento da caução e da imobilização do veículo e suspensão da prestação de caução em caso de processo judicial.

Será materializada legislação relacionada com o processo de fusão e de concentração de empresas do transporte público rodoviário de mercadorias, sendo criada para tal uma Comissão Interministerial.

No caso de infração deixará de ser obrigatório o pagamento da coima e imobilização do veículo no caso de se comprovar a correta identificação da empresa, da sua sede, que deverá, imperiosamente, ser em território nacional.

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.) deverá incluir no Observatório dos Transportes Terrestres um indicador que inclua os fatores que levam ao aumento dos custos para as empresas e que acaba por se refletir nos orçamentos presentes nos

contratos de transporte. Esta medida pretende também avaliar as práticas anticoncorrenciais, mais especificamente a prática de dumping (prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem, durante algum tempo, seus produtos por preços muito abaixo de seu valor real noutro país, procurando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes do país para onde exportam, passando então a dominar o mercado, estabelecendo preços altos).

Será desenvolvida legislação que permita a suspensão temporária de matrícula, mediante a entrega dos documentos do veículo no IMTT, I. P., de veículos que se encontrem envolvidos no processo de abate previsto no PIDDAC/2010 e cujos incentivos se encontram ainda retidos e de veículos que se encontrem estacionários por falta de serviço.

Criar no Código do Imposto Único de Circulação, uma isenção de pagamento deste imposto para veículos abrangidos pelo regime de cancelamento temporário de matrícula.

Ainda para veículos temporariamente parados, não será obrigatória a realização de inspeção suplementar.

Serão agilizadas as regras referentes ao comprovativo das ajudas de custo pagas aos trabalhadores, através da aprovação do itinerário de viagem.

Serão atribuídos descontos no pagamento de portagens nas SCUT (10% no período diurno e 25% no período noturno).

Procurar-se-ão soluções para minorar o impacto negativo que os constantes aumentos nos combustíveis acarretam para as empresas do setor.

Com estas medidas, o Governo conseguiu suspender a paralisação das transportadoras que se prolongou durante vários dias.

ACG proporciona experiência diferente aos Associados!

Gostaria de ter um dia diferente, fugindo à pressão do trabalho?

Seja militar por um dia e reforce a sua capacidade em ser eficiente, competitivo, líder, e a trabalhar em equipa no "Business Challenge edp5D Negócios" em parceria com a ACG!

Perto de 100 empresários irão participar neste evento. Faça como eles e:

- Conheça um verdadeiro líder da seleção nacional de futebol;
- Fortaleça o seu espírito de equipa e liderança;
- Desenvolva novos contactos profissionais;
- Encontre novas oportunidades de negócio;
- E deixe-se surpreender pelas atividades que preparamos para si.

Este evento terá lugar nas Instalações do Regimento de Infantaria nº 10 em São Jacinto - Aveiro, às 9:30h do dia **7 de maio**.

[inclui Transporte e Alimentação]

Confirme a sua presença através do telefone 271 208 880, fax. 271 208 885 ou e-mail acg@acg.pt até ao dia 21 de abril!

As inscrições são Gratuitas e limitadas!



Reembolso de IVA quase imediato para empresas exportadoras

Como forma de incitar as empresas a apostar na exportação, o Governo tomou algumas medidas que resultaram no *Simplex Exportação*.

Neste consta que o reembolso do IVA passará a ser quase imediato, bastando para tal que o empresário apresente um documento que comprove que os produtos saíram efetivamente do espaço comunitário na Direção-Geral de Impostos. Esta medida estará a funcionar em pleno a

partir de setembro, ainda que estando sujeita à vontade do novo Governo que até a essa data começará a exercer funções.

Esta medida surge da necessidade de agilizar um processo que demora aproximadamente 3 a 4 meses, obrigando as empresas exportadoras a um esforço financeiro suplementar e evitável, uma vez que beneficiam de isenção de IVA ao exportar os produtos fabricados para países que não pertencem à União Europeia.

Diretrizes CE para recipientes sobre pressão adaptados à realidade nacional

A propósito dos recipientes sob pressão simples, nos quais se incluem extintores de incêndios, recipientes criados para a utilização nuclear e recipientes destinados ao equipamento ou à propulsão de barcos e aeronaves, o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento adaptou à realidade nacional a Diretiva Eu-

ropeia 2009/105/CE.

O Decreto-lei 26/2011, de 14 de fevereiro, estabelece então que estes recipientes apenas podem ser vendidos no caso de não representarem perigo para os utilizadores, assim na rotulagem do produto devem constar os seguintes dados:

Condições utilização do produto: o fim para

que foi concebido, o modo de instalação e a manutenção para garantir a segurança, em português;

Informação sobre: pressão máxima de serviço (em bar), capacidade (em litros), as temperaturas máxima e mínima de serviço (em graus centígrados);

Identificação do fabricante, o tipo e número de

série ou lote e o ano em que lhes foi atribuída a marcação CE.

Para obter a marcação CE, que demonstra que o produto cumpre as normas exigidas, o produtor deve:

Solicitar a avaliação do recipiente modelo ou da documentação técnica do fabrico a um organismo acreditado pelo Instituto Português da

Acreditação;

Declarar que todos os recipientes são produzidos da mesma forma que o recipiente modelo ou que são produzidos segundo o pré-estabelecido na documentação técnica do fabrico;

Colocar a marcação CE em cada recipiente;

Permitir o controlo regular da qualidade dos recipientes produzidos.

Ainda que o produto tenha a marcação CE, a ASAE pode proibir a venda ou recolher os recipientes já em uso que considere nocivos à segurança dos utilizadores.

Esta recolha seletiva é possível porque a cada fabricante é atribuído um número de identificação que aparece junto à marcação CE.



CURSO MODULAR

COZINHA

FORMARMAIS
PROJECTO DE FORMAÇÕES MODULARES

DESTINATÁRIOS

- Associados da ACG
- Habilitações escolares superiores ao 4º ano e inferiores ao 12º ano de escolaridade

BENEFÍCIOS

- Subsídio de Alimentação
- Certificado de Qualificações

OUTROS CURSOS MODULARES

Modular de Operador Informática
Modular de Empregado/a de Mesa
Modular de Apoio a Idosos
Modular de Empregado/a Comercial

OUTRAS FORMAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO

Ciências Informáticas
Linguas Estrangeiras
Contabilidade
Segurança e Higiene no Trabalho

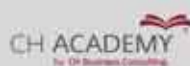
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

ACG - Associação Comercial da Guarda
R. Cavaleiros 32
6300-675 Guarda

T. 271 208 880
F. 271 208 885
E. acg@acg.pt

www.acg.pt

DESENVOLVIDO POR:



PROJECTO FINANCIADO POR:



FISCALIDADE / LEGISLAÇÃO

Governo procura dinamizar setor da construção

O Governo está a implementar medidas que pretendem revitalizar o setor da construção, não pretendendo com as mesmas incentivar a construção de novos edifícios mas sim reabilitar construções devolutas e em elevado grau de deterioração.

Sendo a construção um setor com grande peso na economia portuguesa, responsável por uma elevada percentagem de investimento e por uma elevada taxa de empregabilidade, surgiu a necessidade de dinamizar não só o setor da construção mas também do arrendamento.

Foram já divulgadas medidas que agilizam o processo de despejo dos arrendatários incumpridos (uma situação que em Tribunal demoraria 18 meses, agora decorre durante menos tempo):

. O senhorio pode recorrer a um conservador e oficial de registo, advogado, agente de execução, notário ou solicitador para enviar a ordem de despejo quando se comprova que o inquilino não paga a renda há mais de 3 meses;

. Após esta notificação, o inquilino fica obrigado a entregar o imóvel livre no prazo máximo de 15 dias, se outro prazo não for concedido. Terminado este prazo, o agente que emitiu a ordem de despejo desloca-se ao local para tomar posse do imóvel;

. Durante estes 15 dias o inquilino pode comprovar junto da entidade que emitiu a ordem de despejo que a situação foi regularizada, não sendo necessária a execução da referida ordem;

. Caso o inquilino não liberte o imóvel, o senhorio pode recorrer ao tribunal ou ao julgado de paz competente para que autorize a entrada no domicílio, tendo este um prazo de 5 dias para deliberar;

. Concedida a entrada no imóvel o inquilino terá mais quinze dias para retirar os seus bens do imóvel;

. Nas situações em que a renda não é paga devido à situação de fragilidade social do inquilino (idade avançada, desemprego, divórcio recente), o mesmo pode solicitar o indeferimento do despejo por um período de 10 meses, sendo a renda suportada pelo Fundo de Socorro Social



do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Para que este processo se desenrole normalmente, o proprietário do imóvel deverá ter o contrato de arrendamento registado na administração fiscal e deve ter as obrigações tributárias cumpridas.

Por sua vez, para incentivar o investimento privado na requalificação dos imóveis, principalmente os devolutos, foram simplificados os procedimentos de forma a eliminar obstáculos:

. Centralização da decisão numa única entidade e eliminação dos pedidos de pareceres a outras entidades;

. O procedimento para realização de obras é feito com base numa comunicação prévia, não sendo necessárias licenças e autorizações, podendo a obra iniciar-se 20 dias após a comunicação;

. Quando necessário, o técnico responsável pela obra poderá desrespeitar a aplicação de determinadas regras publicadas posteriormente à edificação do prédio se demonstrar que a realização da mesma resulta na melhoria das condições de segurança relativamente ao estado inicial do imóvel;

. Para constatar a habitabilidade do imóvel bastará uma declaração do responsável pela obra, sem vistorias das Câmaras Municipais;

. No que concerne a obras em zonas comuns dos edifícios, será suficiente a concordância da maioria dos condóminos, ao contrário do que acontecia anteriormente que era necessário a anuência de dois terços;

. O processo para a constituição da propriedade horizontal num prédio, passa a fazer-se também com base numa declaração do projetista, deixando de ser necessária a certificação da Câmara Municipal;

. Quando for necessário realojar os inquilinos passa a ser suficiente uma decisão da comissão arbitral municipal autorizando esse realojamento num fogo adequado ao agregado familiar.

Para além da agilização e simplificação da reabilitação urbana em termos práticos, foram, também, publicados alguns incentivos financeiros na Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2011:

. A criação das áreas de reabilitação urbana passa a depender de uma deliberação da Assembleia Muni-

cipal e da redação de um documento com os objetivos estratégicos que se pretendem atingir, permitindo, deste modo, um mais fácil acesso aos apoios financeiros públicos e incentivos fiscais;

. Disponibilização de apoios financeiros num total de 1 700 milhões de euros;

. Simplificação de acesso a estes apoios, deixando de ser necessárias certidões de obras que dificultam o acesso aos mesmos;

. Criação de uma taxa autónoma de 21,5%, em sede de IRS, para os rendimentos de arrendamentos, de modo a incitar a colocação de imóveis no mercado de arrendamento e a sua renovação;

. Preservação de incentivos fiscais já existentes, que passam a ser aplicados a mais casos como a isenção de IRC para fundos imobiliários, cujo prazo de vigência é alargado para 2014.

Estes mecanismos de simplificação encontram-se inseridos na Iniciativa para a Competitividade e o Emprego aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010, de 27 de dezembro, com o intuito de promover a competitividade e o crescimento da economia na-

Balcão do Empreendedor ao serviço do empresário

Os proprietários de restaurantes, cafés, bares, oficinas, lavandarias, cabeleireiros, talhos e outros estabelecimentos comerciais (consultar Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril) deixaram de necessitar de uma licença para iniciar a atividade. A partir da publicação do Decreto-lei 48/2011, de 1 de abril, basta, deste modo, enviar um comunicado referindo que o estabelecimento vai ser aberto ou modificado através do Balcão do Empreendedor, comprometendo-se ainda a cumprir toda a legislação aplicável.

Esta medida constante do regime simplificado de instalação e funcionamento, designado «Licenciamento Zero», visa a desburocratização a que estão sujeitos diversos negócios, eliminando licenças, autorizações, vistorias e outros requisitos para abertura de um estabelecimento e incentivando, consequentemente, o empreendedorismo. No entanto, como contrapartida, será reforçada a fiscalização e passa a haver uma maior responsabilização dos proprietários no que concerne aos incumprimentos detetados.

Naquele comunicado podem ser incluídas outras informações como:

- . A ocupação de espaço público (com toldos, esplanadas, vitrinas, etc.);
- . O horário de funcionamento do estabelecimento;
- . As alterações do ramo



de atividade, do nome do estabelecimento ou dos proprietários;

. O encerramento do estabelecimento.

Cumpridos estes trâmites legais e pagas as taxas devidas, o empresário pode abrir imediatamente o estabelecimento ou realizar as alterações pretendidas.

O supra referido Balcão do Empreendedor encontra-se disponível através do Portal da Empresa, nas Lojas da Empresa, assim como nos balcões dos municípios e das entidades públicas ou privadas que solicitem a sua disponibilização à entidade gestora (AMA, Agência para a Modernização Administrativa, I.P.).

No que diz respeito às penalizações em caso de incumprimento ou ocultação das informações verídicas, os responsáveis incorrem no pagamento de coimas até 3 500 euros no caso de empresas em nome individual e de 25 000 euros para sociedades por quotas. Em última instância, e se a infração for grave, as entidades competentes podem encerrar o estabelecimento e impedir os proprietários de exercer a atividade durante dois anos (penalização máxima).

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção

Plano de Prevenção e Gestão é a designação dada pelo Decreto-lei n.º 46/2008, de 12 de março e pretende prevenir o abandono de resíduos provenientes de obras de remodelação ou construção de edifícios em zonas florestais ou similares, evitando deste modo a degradação ambiental.

Os responsáveis pelas empreitadas devem incluir no projeto de execução o referido Plano de Prevenção e Gestão de resíduos de construção e demolição assegurando, deste modo, o cumprimento dos princípios de gestão dos resíduos encontrados no Decreto-lei anteriormente publicado (n.º 178/2006, de 5 de setembro).

Na Divisão de Serviços Urbanos, o responsável

pela obra poderá solicitar recipientes apropriados (sacos) com capacidade para um metro cúbico de despojos, mediante pagamento de taxa definida, para posterior encaminhamento para o Ecocentro local.

No que diz respeito a obras em casas particulares, o proprietário deverá certificar-se que o responsável das obras faz a correta seleção e encaminhamento.

ATUALIDADE

Televisão Digital Terrestre em fase de implementação

O Governo lançou recentemente uma campanha publicitária que pretende sensibilizar os cidadãos para o desaparecimento da televisão analógica até abril de 2012, que será substituída pela retransmissão digital, a denominada Televisão Digital Terrestre (TDT). Assim, o Governo pretende ir ao encontro da deliberação, de 14 de novembro de 2005, da União Europeia no que se refere a este assunto.

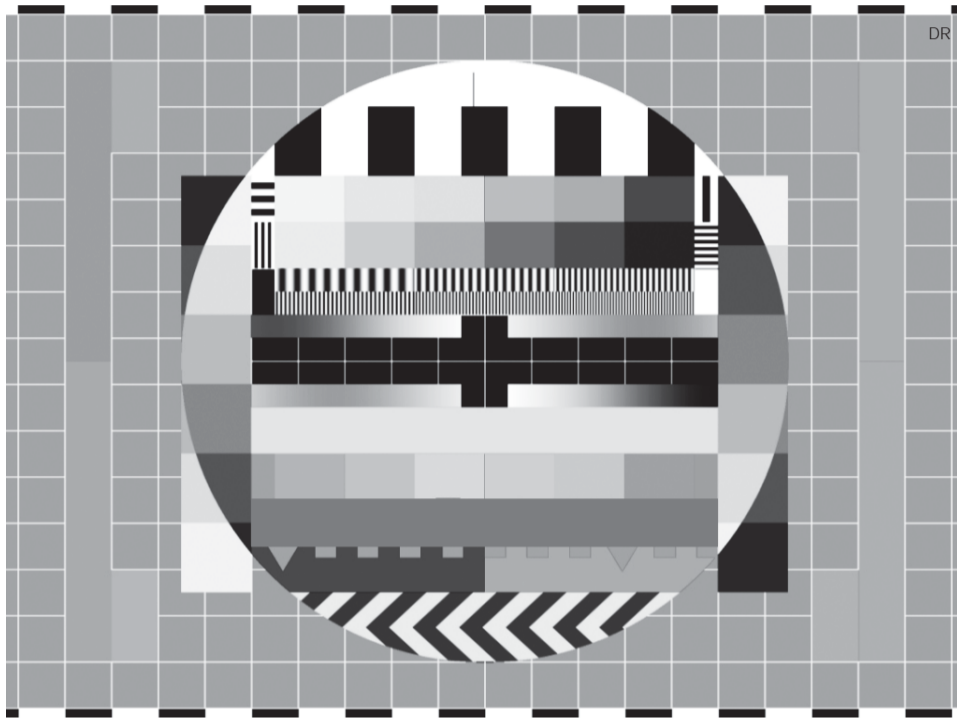
A Televisão Digital Terrestre (TDT) disponibiliza os quatro canais abertos (RTP1, RTP2, SIC e TVI) e também a RTP Açores e a RTP Madeira com melhor qualidade de som e imagem, para além de outras funcionalidades como o acesso a um Guia de Programação Eletrónico, gravação e pausa da emissão (dependendo do equipamento de receção utilizados) que a Televisão Analógica não permite.

O processo de substituição da Televisão Analógica pela TDT vai desenrolar-se ao longo de três fases:

. 12 de janeiro de 2012 para os emissores e retransmissores que cobrem a faixa litoral do território continental;

. 22 de março de 2012 para os que asseguram a cobertura nos Açores e na Madeira;

. 26 de abril de 2012 para os restantes emissores e retransmissores.



Para ter acesso ao sinal da TDT, o consumidor deve ter uma televisão compatível com a norma TDT MPEG-4/H.264 (contacte um técnico habilitado para confirmar a compatibilidade ou não do aparelho televisivo) e ad-

quirir um decodificador. Já os consumidores com televisão paga não necessitam de TDT.

Os interessados podem obter mais informações ligando para o número 800 200 838 ou consultando dos sites do Ministério das

Obras Públicas, Transportes e Comunicação (www.moptc.pt), da PT Comunicações desenvolvido propositadamente para o efeito (tdt.telecom.pt) e da ANACOM, Autoridade Nacional de Comunicações (www.anacom.pt).

Jornadas AHRESP 2011 discutem medidas para melhorar setor hoteleiro e restauração

A AHRESP, Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal debateu, com os seus associados, durante as jornadas dedicadas à hotelaria e restauração, medidas para contornar a situação financeira adversa que prejudica fortemente o setor.

A medida mais polémica colocava a hipótese de ser o cliente a pagar a taxa cobrada pelo uso de meio eletrónico para pagamento (cartão de crédito ou débito), no entanto foi retirada com o argumento de os empresários não querem sobrecarregar os clientes com este custo.

Foi proposto, então, que o valor pago pelo proprietário do estabelecimento às instituições bancárias fosse revisto em baixa, pois trata-se de um encargo pesado para o mesmo e muito elevado quando comparado com a taxa cobrada noutros países.

O fim da taxa de ocupação da via pública devido à instalação de esplanadas, toldos e afixação de publicidade foi outra proposta apresentada. A respeito desta questão, também a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP, emitiu um parecer em que considera esta cobrança ilícita, uma vez que não existe uma contrapartida camarária como compensação da aplicação da taxa, assumindo deste modo o caráter de imposto - assim como do fim da obrigatoriedade do uso de embalagens individuais, sob o argumento de não acrescentarem valor e afetarem o meio ambiente.

Também foi debatida a necessidade de simplificar a legislação na área de higiene e saúde no trabalho, cujos custos deveriam ser suportados pelo Sistema Nacional de Saúde, segundo a perspetiva desta entidade.

É referido, no documento disponibilizado na página da organização, que é necessário eliminar a excessiva burocracia que prende sobre as empresas, mais

concretamente as obrigações às entidades que regulam e supervisionam as relações laborais, constituindo um desencorajamento à criação de emprego.

No que diz respeito a este assunto, é apresentado como exemplo falhas nas comunicações à Segurança Social. Os proprietários dos estabelecimentos estão obrigados a declarar a contratação de um novo funcionário antes de este começar a trabalhar e, devido à rotatividade do setor, às vezes esses funcionários não aparecem no local de trabalho.

Como forma de aumentar a competitividade das empresas é proposta a diminuição dos custos fiscais, através da eliminação do Pagamento Especial por Conta e do IRC das microempresas e pequenas empresas que podem ser substituídos por índices sectoriais mais adequados, assim como a paridade do IVA com Espanha.

A cessação do regime da certificação energética e a medição da qualidade do ar interior são medidas que combatem custos desnecessários para o empresário e apoiada pela AHRESP.

Pretendem também a criação de um tarifário especial na baixa tensão, um tarifário ajustado ao nível do gás e um outro de consumo de água não indesejante das taxas de saneamento e resíduos, uma vez que os tarifários normais implicam custos muito elevados para o empresário.

Realçam também a importância do combate à evasão e fraude fiscal, geradoras de concorrência desleal e a necessidade de estabelecer projetos de reabilitação urbana exequíveis como meio de atração do turismo, contribuindo para um importante impulso do crescimento económico.

O documento resultante do balanço das Jornadas AHRESP 2011 termina com o apelo à congregação de esforços para conseguir levar a cabo as medidas apresentadas.

Mais Centro apoia implementação de rede de banda larga

O Mais Centro aprovou o projeto da empresa Fibro Global, S.A., "Redes de Banda Larga", que pretende implementar uma rede de Banda Larga na área geográfica de 29 concelhos da Região Centro.

Este projeto pretende diminuir as assimetrias digitais existentes entre o Litoral e o Interior e maximizar a cobertura disponível por redes de

banda larga de alta velocidade. Contando com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 21 milhões de euros.

A necessidade de diminuir estas diferenças surge patente nas políticas comunitárias e nas nacionais. No que diz respeito às primeiras, esta preocupação está presente na Estratégia i2010 e na Decla-

ração de Granada para a Agenda Digital Europeia e na Iniciativa Europa 2020 - Agenda Digital.

No que concerne às políticas nacionais, encontram-se referências à necessidade de melhorar a rede de ban-

da larga que serve o Interior do país na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, no Plano Tecnológico e no Programa Ligar Portugal.



Desafio lançado aos Produtores de Carne Nacional

O Ministro da Agricultura, António Serrano, lançou um repto aos produtores de carnes portuguesas - criar uma marca única nacional e origem protegida, argumentando que, ape-

sar de não ser um produto que existe em grande quantidade, a sua qualidade é exímia.

Nas declarações que fez aquando da sua visita à feira *Fruit Logistica*, em

Berlim, referiu que este setor deveria seguir o exemplo de outros produtores que desenvolveram ou estão a desenvolver uma marca nacional conjunta, como é o caso dos

produtores de vinho, "Wines of Portugal", dos produtores de frutas, legumes e flores, "Portugal Fresh" e dos produtores de azeite (ainda em fase de implementação).

EMPRESAS

Iniciativa Merca

Cervejaria Lumiar com renovação concluída



Antes da intervenção



Depois da intervenção

A Cervejaria Lumiar foi uma das empresas cuja candidatura foi apresentada, em 2010, com o apoio da ACG, ao Programa Merca promovido pelo Turismo de Portugal.

O Programa Merca pretende incentivar a modernização e a qualificação das PME do setor da restauração no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Este estabelecimento, aberto a setembro de 1997, mantinha ainda as mesmas linhas, por este motivo o proprietário, Sr. Gilberto dos Santos, optou por aproveitar esta oportunidade, permitindo

do não só criar melhores condições de trabalho mas também e principalmente tornar o ambiente mais apelativo e acolhedor para os clientes que diariamente se deslocam a este espaço.

Segundo o que revelou, o processo desenrolou-se com alguma celeridade, uma vez que o próprio teve o cuidado de estabelecer os contatos necessários para que as obras arrancassem rapidamente e criar o elo de ligação com entidades dinamizadoras do Programa.

O projeto inicial previa apenas a intervenção no estabelecimento de forma a mudar a apresentação

do espaço e melhorar a cozinha, no entanto teve que ser retificado pois, assim que as obras começaram, verificou-se, como medida de prevenção, a necessidade de uma intervenção mais profunda sendo renovadas as instalações de água e eletricidade.

Não obstante este contratempo, as obras levaram menos de dois meses a estar concluídas, começando a 15 de agosto e terminando a 9 de outubro.

Este programa possibilitou ainda a criação de mais um posto de trabalho, contribuindo para o aumento da empregabilidade do distrito.

Linha de apoio reforçada para os setores agrícola e pecuário

A linha de crédito bonificado para PME ligadas aos setores agrícola e pecuário, que se prolonga desde 2009, foi reforçada em 50 000 000 de euros, podendo ser novamente reforçada, se o Conselho de Ministros considerar necessário, com o mesmo montante, como mencionado no Decreto-lei n.º 41/2011, de 22 de março.

Os apoios podem ser aplicados nas seguintes situações:

- Operações de investimento em ativos fixos corpóreos ou incorpóreos;

- Reforçar o fundo de maneiço necessário ao desenvolvimento da atividade;

- Liquidar dívidas junto de instituições de crédito ou de for-

necedoros, contraídas no exercício da atividade.

As empresas agrícolas ou pecuárias podem usufruir de um apoio máximo, durante qualquer período de três exercícios, de 7 500 euros. Sendo o crédito concedido, sob a forma de empréstimo reembolsável, por instituições de crédito que celebram um acordo com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

Com este apoio, o Governo pretende incrementar o investimento no setor e auxiliar, principalmente, as PME que já desenvolvem a atividade num momento em que a situação económica não é a mais favorável.

Setor do turismo em queda

Se o ano de 2010 foi considerado um ano positivo para o setor turístico, não obstante a atual crise económica, o mesmo não se poderá dizer no que diz respeito aos primeiros meses de 2011.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística – INE – verificou-se uma quebra nos ganhos globais, referentes ao mês de fevereiro, do ramo hoteleiro de 6,9%, comparativamente ao período homólogo. O centro do país registou uma queda de 5,5% nas taxas de ocupação, surgindo como a segunda zona (NUT II) com mais perdas no Turismo.

Tal deve-se ao facto de os turistas, apesar de se deslocarem até Portugal em maior número, permanecerem aqui durante

menos tempo, de o número de turistas nacionais ter diminuído, apesar do aumento de turistas estrangeiros, e de o Carnaval ter sido em março e não fevereiro, como é habitual.

Apenas o Alentejo viu os seus resultados melhorarem face 2010, tanto no que concerne ao número de dormidas e ao número de hóspedes. Os hotéis de cinco estrelas são também uma exceção, parecendo imunes à atual crise económica, vendo, deste modo, os seus lucros aumentar em fevereiro.

FISCALIDADE / LEGISLAÇÃO

Rede Nacional de Transporte de Gás Natural com regulamento aprovado

Para assegurar o adequado fluxo de gás natural, a boa comunicação com as redes a que estejam ligados os gasodutos e a segurança de pessoas e bens, o Governo aprova novo regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, revogando o anterior regulamento, aprovado pela Portaria n.º 390/94, de 17 de junho.

O Regulamento estabelece as condições técnicas e de segurança a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração, a manutenção e a colocação fora de serviço das infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de

Gás Natural (“RNTGN”).

O RNTGN tem aplicação a:

- Gasodutos de transporte de gás natural de diâmetro igual ou superior a 100 mm e cujas pressões de operação sejam superiores a 20 bar;

- Postos de regulação de pressão pertencentes à RNTGN.

O gás transportado deverá ser não tóxico e não corrosivo, respeitando a norma ISO 13686, ou norma tecnicamente equivalente.

O gás natural deverá ser transportado a uma temperatura compatível com as infraestruturas de transporte, nunca podendo ultrapassar os 120.ºC.

O sistema de gestão de qualidade dos gasodutos de transporte de gás natural deve estar baseado nas especificações da norma EN ISO 9000, ou norma tecnicamente equivalente.

São ainda fixados os requisitos técnicos relativos aos postos de regulação da pressão, às tubagens, aos materiais dos diversos componentes do gasoduto e as condições de operação e manutenção, sendo estabelecida a obrigatoriedade de inspeções periódicas que variam entre 6 meses e dois anos, consoante o tipo de inspeção em causa e a área de localização da infraestrutura.



Ainda que a mesma trate, essencialmente, das normas a cumprir pelos distribuidores de gás natural, é relevante a consulta por parte dos técnicos que realizam as instalações deste pro-

duto nas habitações, na medida em que é uma forma de prevenir acidentes e ao mesmo tempo transmitir maior segurança a novos e aos atuais consumidores do mesmo.

CRÓNICAS

Histórias da Economia da Minha Terra

Sandomil entre o passado e o futuro



Aires Antunes Diniz



Para quem vem do distrito de Coimbra, fica Sandomil à entrada do distrito da Guarda, servindo de sala de visitas do concelho de Seia a que pertence. Perdi-me logo à saída de Oliveira do Hospital e lá fui andando até Torrozele, mas antes vi o caminho pedonal para Sandomil. Vi uma placa que indicava o caminho para Sandomil e fui por ali abaixo à espera de encontrar um lugar para fotografar uma paisagem fabulosa. Era difícil por a estrada ser má e não haver qualquer desvio. Como receei atravancar o trânsito, fui andando até chegar a uma urbanização moderna onde havia vários lotes para venda. Fotografei-os logo.

Quando parei, vi que outra realidade estava bem perto. De facto, as traseiras das casas antigas serviam de muralha para um mundo rural bem diferente, fazendo recordar o tempo em que Sandomil era a horta do Seia e de Oliveira do Hospital e lugares em volta, pois a abastecia de muitos mimos da agricultura familiar que o Alva potencia. Agora que a emigração a esvaziou de gente, parece que só o desemprego faz com que se plantem leiras de pimentos como forma de minorar a falha de rendimentos. E no site da freguesia diz-se que ainda agora abastece de “miúças”, plantas para replantar.

Mas, o facto de em S. Paio haver várias fábricas e muita atividade que engarrafam a estrada, faz com que o desemprego não aflija Sandomil. Só a aflige a quebra da atividade comercial que desanima alguns que pensam

em encerrar e onde outros se limitam a aguardar um “milagre”. Parece.

Falam-me de que vai fechar a padaria e as lojas onde espreito o vazio e prevejo a falta do proprietário. Animado estava o café Passatempo onde muitos discutiam animadamente a crise, e por causa dela Sócrates, a madrinha Merkel e o padrinho Sarkozy. É o resultado de uma cultura emigrante que retornou para dar uma nova consciência da nossa ligação ao mundo. É o Passa-Tempo um entre cinco cafés.

Vi ainda muitas casas encavadas umas nas outras, mostrando como Sandomil tem crescido de forma anárquica nos últimos anos, mostrando como lhe falta um pensamento urbano, que a valorize como passado e presente. Entretanto, prosseguem as construções e reconstruções de casas, mas persistem casas degradadas e com elas a necessidade de repensar e requalificar Sandomil. Há como marca da história uma ponte antiga que dizem ser romana, uma ponte pênsil e uma ponte nova que a liga às anexas: Corgas, Furtado e Cabeça de Eiras. Como sempre há também entre Sandomil e as suas anexas uma rivalidade intensa que os blogues locais documentam. Infelizmente, algumas comissões de melhoramentos deixaram de ter atividade.

Falta agora que os sandomilenses discutam o seu património histórico, mal estimado, pior enquadrado e, infelizmente, mal interpretado num percurso turístico, onde as casas brasonadas devem inserir-se na nossa

história secular. É o caso do Conde de Sandomil que reclama mais investigação histórica sobre a sua ação na Índia. O mesmo acontece com as suas igrejas e os seus santos, também eles alvos de rivalidades entre sede e anexas. Mas, se ainda há batizados e ainda cinco vezes mais funerais, os idosos aproveitam a vida e convivem nos muitos bancos da aldeia. Também a Associação Humanitária de Sandomil existe para os apoiar cultural e desportivamente. E emprega cerca de 20 pessoas. Que bom.

Junto ao rio ao atravessarmos na ponte pênsil encontramos um parque de lazer que pode e deve ser um ponto de atração com o seu bar Agarraventura. Por culpa de um incêndio e mais ainda por inércia, falta-lhe agora o peixe no rio. Era o que podia atrair pescadores para as suas margens, mas estas são já bem atrativas para um passeio calmo. Infelizmente, ao lado um belo restaurante, como aventura empresarial, encerrou talvez por erros vários e bem mais por falta de um plano turístico concelhio e regional que valorize esta paisagem. Foi o que, infelizmente, lançou mais desânimo na aldeia. Agora, outros fazem contas e preveem a possibilidade de êxito futuro e com ele mais emprego. De facto, estes tempos de crise, quando a euforia deu lugar à calma, permitem pensar o futuro com mais realismo. Espera-se só que o Estado e as autarquias pensem o apoio a dar com pragmatismo e sem as megalomanias do passado.

Grécia, Portugal e Argentina



Miguel Almeida

Um dos primeiros artigos que aqui escrevi debruçava-se sobre a situação das contas do setor público português a qual comparei com a situação que se tinha passado na Argentina nos finais dos anos 90 do século passado.

Na altura uma pessoa minha conhecida chamou-me a atenção para essa comparação que eu tinha feito e dizia-me que Portugal nunca chegaria à situação da Argentina. Pelos vistos tinha razão, a nossa situação tornou-se ainda pior que a da Argentina, a qual pode recorrer à desvalorização da moeda para repor a competitividade das suas empresas nos mercados externos.

Agora que a entrada do FMI em Portugal é oficial, como eu tinha previsto à poucos meses atrás, vemo-nos perante a incerteza do que vai acontecer futuramente à nossa economia.

O primeiro fator a analisar é evitar fazer comparações com as intervenções do FMI em décadas anteriores. Quer pelo valor envolvido quer pelas limitações atuais em termos de políticas monetárias que podem ser adotadas, a situação que vamos viver nos próximos anos nada tem a ver com o passado.

Infelizmente este é um fator que vai pesar negativamente na nossa economia e pode levar a que esta ajuda não tenha efeitos práticos na melhoria da posição competitiva da nossa economia. Antes pelo contrário, pode atirar o país para uma situação em que a sua economia sairá mais fragilizada.

Em primeiro lugar devemos entender que o financiamento pedido ao FMI, na prática é feito pelo Governo para se “salvar” a si próprio e a todas as entidades públicas que dele dependem. Em segundo lugar é feito para “ajudar” os bancos a poderem continuar a financiar as necessidades do setor público.

Ou seja, esta “ajuda” não tem como objeto prioritário nem as empresas privadas nem os cidadãos portugueses. E caso as reformas que sejam adotadas não forem o suficientemente fortes para “romper” a pouca flexibilidade do nosso mercado interno, então estaremos apenas a adiar o inevitável, que é a bancarrota do país.

Basta ver o exemplo grego. Este país foi o primeiro a sofrer a intervenção do FMI e quem tenha acompanhado a evolução da sua economia no último ano apenas pode sentir uma grande desilusão com os efeitos provocados pelas políticas adotadas.

A economia grega sofreu uma forte queda no último ano, com um aumento elevado do desemprego, e não está neste momento numa posição competitiva que permita qualquer tipo de otimismo em relação ao futuro. A razão é muito simples, o financiamento do FMI apenas foi utilizado para evitar a bancarrota do Estado grego e poucas reformas estruturantes da economia foram realmente adotadas.

Se em Portugal for seguido este caminho então perderemos uma oportunidade única de criar uma dinâmica económica que permita dar a todos os portugueses um melhor nível de vida no futuro, e dentro de 3 anos estaremos pior do que atualmente e de novo a precisar de mais ajudas de organismos externos.

Gabinete de Apoio ao Investimento ACG Programa FINICIA

Se pretende adquirir novos equipamentos (máquinas) ou fazer obras de remodelação no seu estabelecimento pode concorrer ao programa FINICIA.

Disponível neste momento na Associação Comercial da Guarda para os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Manteigas.

O Programa consiste no apoio de crédito para pequenas e médias empresas já

constituídas ou em fase de arranque dos setores do Comércio, Turismo, Serviços, Construção e Energia.



ECONOMIA

ECONOMIA PORTUGUESA

Apesar de todas as notícias negativas sobre a economia portuguesa verificadas no último mês houve um indicador que apresentou valores relativamente positivos que devemos destacar nem que seja apenas para se dar um pouco de ânimo aos agentes económicos do país.

Esse indicador foi o valor das exportações de bens que aumentaram 21,7%, no período de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 face ao período homólogo. No entanto as importações também aumentaram 13,4%, o que determinou um desagravamento de apenas 31 milhões de euros no défice da balança comercial. Em termos de taxas de variação mensais (fevereiro de 2011 face a janeiro de 2011), a variação é positiva para os dois indicadores. As exportações aumentaram 5,7%, que se deve sobretudo à evolução do Comércio Extracomunitário, e nas importações assistiu-se a um aumento de 3,2%, em resultado quase exclusivamente do crescimento registado no Comércio Intracomunitário. Por setores de atividade destaca-se os acréscimos nas exportações de bens no setor de Fornecimentos Industriais (+34,4%) e de Material de Transporte e Acessórios (+34,1%). Do lado das importações, para o mesmo período, destacam-se os aumentos nas categorias de Fornecimentos Industriais (+27,4%) e dos Combustíveis e Lubrificantes (+21,4%), essencialmente para ambas as categorias devido ao acréscimo verificado na subcategoria dos produtos transformados. Mais uma vez temos a assinalar o setor dos Produtos Alimentares e Bebidas em termos negativos, na medida em que é aquele setor que continua a manter as menores taxas de melhoria em termos de défice comercial sectorial.

Outro indicador que apresentou uma variação positiva foi o índice de produção industrial que apresentou uma variação homóloga de 0,9% em fevereiro quando em janeiro a variação tinha sido de -0,7%. A secção das Indústrias Transformadoras apresentou uma variação homóloga de -0,1%, após ter aumentado 0,8% no mês anterior.

Em fevereiro, o valor médio de avaliação bancária do total do País fixou-se em 1.139 euros/m², aumentado 0,5% face ao observado no mês anterior. Comparado com o período homólogo verificou-se uma diminuição de 2,8%. Nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, as variações em cadeia foram, respetivamente,



de -0,1% e de 0,8%. Em relação ao período homólogo o valor médio destas Áreas Metropolitanas diminuiu 3,2% e 4,8%, pela mesma ordem.

Em termos de taxas de juro média no crédito à habitação assistimos a um aumento de 0,043 pontos percentuais em fevereiro, relativamente ao mês anterior. Comparativamente a março de 2010, mês em que se atingiu a taxa mínima da série, o aumento acumulado foi de 1,055 pontos percentuais. Em fevereiro, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação situou-se em 2,144%.

O indicador de clima económico voltou a diminuir ligeiramente em março, mantendo o perfil descendente iniciado em julho de 2010. No mês de referência, todos os indicadores de confiança sectoriais apresentaram agravamentos. No entanto, o indicador de confiança dos Consumidores aumentou nos últimos dois meses, interrompendo o movimento negativo iniciado em novembro de 2009.

A variação do índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho situou-se no mês de fevereiro, em termos homólogos, em -4,6%, um valor que melhora o valor de janeiro, que tinha sido de -7,1%.

O Índice de Preços no Consumidor registou uma variação homóloga de 4,0%, em março de 2011, 0,5 pontos percentuais superior à verificada em fevereiro. Excluindo do IPC a energia e os

bens alimentares não transformados, a taxa de variação homóloga foi de 2,4%, mais 0,5 pontos percentuais que a observada no mês anterior para os mesmo agregado. O IPC apresentou uma variação mensal de 1,6% (variação nula em fevereiro de 2011 e 1,1% em março de 2010). A variação média dos últimos doze meses situou-se em 2,3% (2,0% em fevereiro de 2011). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação homóloga de 3,9%, 0,4 pontos percentuais superior ao valor de fevereiro de 2011 e 1,3 pontos percentuais superior à estimada pelo Eurostat para a área do Euro. A taxa de variação mensal do IHPC situou-se em 1,6% e a taxa de variação média dos últimos doze meses aumentou 0,2 pontos percentuais, para 2,2%.

ECONOMIA MUNDIAL

O FMI publicou recentemente o seu estudo sobre Perspetivas Económicas Mundiais para 2011, o qual vem mostrar como a economia portuguesa está totalmente desligada da evolução que se está a verificar no conjunto das economias mundiais.

Basta ver pelo valor estimado do crescimento da economia mundial, que é de 4,5%, um valor muito distante daquele que é estimado para a nossa economia nacional.

Apenas por este valor podemos ver como estamos a perder o comboio do crescimento mun-

dial num período crucial em que a maior parte dos países em vias de desenvolvimento estão a observar crescimentos explosivos do seu PIB. Para este conjunto de países o FMI estima um crescimento económico de 6,5%.

Apesar destas estimativas, o FMI avisa que existem desequilíbrios importantes em vários países, principalmente de ordem orçamentam que podem colocar em perigo as taxas de crescimento para os anos seguintes. É o caso dos Estados Unidos que apesar de prever um crescimento de 2,8% para 2011 e de 2,9% para 2012, necessitará de reduzir o seu défice orçamental, que pode ter de atingir um valor de 10% do PIB. O mesmo problema existe no Japão, o qual ainda foi agravado com o recente terramoto que afetou gravemente a indústria exportadora.

Só para se ter uma ideia do crescimento que se está a verificar nos países em vias de desenvolvimento podemos observar os últimos valores do comércio a retalho no Brasil. No período de janeiro a março de 2011, o crescimento global foi de 8,5%, em termos homólogos. No setor dos materiais de construção o aumento foi de 14,1%, nos móveis e eletrodomésticos de 8,9% e nos combustíveis e lubrificantes de 6,1%.

Enquanto que em Portugal nos preparamos para atravessar a pior crise dos últimos 50 anos, devido à irresponsabilidade dos sucessivos governos que nos lançaram neste marasmo económico.

Agenda Fiscal para abril e maio 2011

30 de abril

Data limite de entrega do Modelo 3 (2ª fase) em suporte de papel, para detentores de rendimentos das categorias B, E, F ou G para efeitos de IRS

Data limite para entrega do Modelo 3 (1ª fase) por transmissão eletrónica de dados, quando os sujeitos passivos tenham apenas recebido ou tenham sido colocados à sua disposição rendimentos das categorias A e H.

Pagamento da totalidade do IMI, se igual a 250 000 euros ou a 1ª prestação, se superior

Imposto Único de Circulação (IUC)

10 de maio

Data limite para pagamento do IVA, periodicidade mensal do regime normal.

16 de maio

Data limite para pagamento das contribuições à Segurança Social Pagamento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade trimestral do regime normal

20 de maio

Data limite para entrega das retenções para efeitos de IRS, das retenções para efeitos de IRC e do IS referente ao mês anterior.

31 de maio

Data limite para entrega do Modelo 3 (2ª fase) por transmissão eletrónica de dados, para detentores de rendimentos das categorias B, E, F ou G para efeitos de IRS

Data limite para entrega do Modelo 22 e pagamento do IRC

Imposto Único de Circulação (IUC)

ACG

Certificada pela Norma
NP EN ISO 9001:2008

No âmbito da prestação
de serviços nas vertentes
de Secretariado e Apoio
Geral ao Associado.



Feiras abril, maio e junho

Exponor – Porto

29 de abril a 1 de maio – VIDA NATURA – Feira de Desporto, Outdoor e Lazer
 5 a 8 de maio – NORMÉDICA – SALÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR – AJUTEC – Feira Intern. De Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias p/ Pessoas c/ Deficiências
 6 a 8 de maio – STOCKMARKET – Mercado de Escoamento de Stocks
 20 a 22 de maio – EXPODENTIS – Salão Internacional de Equipamentos, Produtos e Serviços Dentários
 21 e 22 de maio – SER MAMÃ – Salão pré-mamã, mamã, bebé e criança
 16 a 19 de junho – FÓRUM DO MAR

FIL – Lisboa

29 de abril a 1 de maio – STOCKMARKET – Mercado de Escoamento de Stocks – Pavilhão Rio
 13 a 15 de maio – EXPOFRANCHISE 2011 - FEIRA DE FRANCHISING DE LISBOA

Aveiro

3 a 5 de junho - STOCKMARKET - Mercado de Escoamento de Stocks – Aveiro, Mercado Manuel Firmino

Luanda - Angola

23 a 26 de junho - EXPORT HOME ANGOLA – FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA - Mobiliário de Casa, Hotelaria, Iluminação e Decoração

Madrid

5 a 7 de maio - EXPOFRANQUICIA 2011 - FEIRA DE FRANCHISING DE MADRID - IFEMA, Feira de Madrid/ Espanha

Novos Associados:

Pauffer - Reparação Domicilio Guarda Lda - comércio a retalho de tintas, vernizes – Guarda;

Humanotop, Lda. - Atividades Pratica Medica - Santa Maria Feira;

Pneus do Barracão, Lda. – Guarda;

Associação Cultural Soc. Freguesia. Panóias - Panóias de Cima;

Cabeleireira Maria Alcina Alves Fernandes Dias Cunha – Sabugal;

Vítor Manuel Carmo Ferreira - Construção Civil – Castanheira;

Carlos Joaquim Sardinha Antunes Baptista - Pastelaria - Vilar Formoso;

Marques & Sebastião Lda. – Estabelecimento Hoteleiro - Almeida;

Márcio Fernandes C. Morgado - ANAMAR - Comercio a retalho de vestuário – Guarda;

Egicálculo Organização e Gestão, Lda. - Guarda;

Alternativa Azul, Lda. - Café - Figueira de Castelo Rodrigo;

José Martins Igreja - Advogado - Guarda

CH | Business Consulting, SA.
 Criamos Soluções Globais.

www.chconsulting.pt



GRUPO CH
 Soluções globais



kwl
 SISTEMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE



alh
 serviços e soluções



XL7
 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



bürocratik
 design+comunicação



E.N.C.
 ESCOLA DE NEGÓCIOS DE COIMBRA



Monstros & Cia



CH ACADEMY
 by CH Business Consulting



ACG – Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda

Rua dos Cavaleiros nº 32
 6300 – 675 Guarda

Linha de Apoio ao empresário
 Tel. 271 20 88 80
 Fax 271 20 88 85
 geral.acg@acg.pt

<http://acguarda.blogspot.pt>
<http://www.youtube.com/acguarda>



Serviços ACG

Apoio Jurídico | Formação | Higiene e Segurança no Trabalho | HACCP – Auto Controlo Alimentar | Candidaturas e Apoios | Oportunidades de Negócio | Documentação Obrigatória | Cadastro Comercial e Declaração Prévia | Livro de Reclamações

Ficha Técnica

DIREÇÃO: António de Andrade Pissarra

COORDENAÇÃO: Paulo Manuel

REDACÇÃO E PESQUISA: Ana Carvalho e Joana Ramos

COLUNISTAS E COLABORADORES: Aires Diniz, Miguel Almeida

SEDE, REDACÇÃO E PUBLICIDADE: Rua dos Cavaleiros nº 32 | 6300-675 Guarda

PAGINAÇÃO: Inês Carvalho - Jornal Nova Guarda

Textos escritos em consonância com o novo acordo ortográfico